

ENCONTROS COMUNITÁRIOS VIRTUAIS: UM BREVE RELATO SOBRE A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19

VIRTUAL COMMUNITY ENCOUNTERS: A BRIEF REPORT ABOUT THE ROLE OF SOCIAL WORK IN THE COVID-19 PANDEMIC.

Aline Possa¹
Christiane Bazoli²
Gabriela Franco Dias Lyra³
Júlia Santana⁴
Marcelo Luciano Vieira⁵

Resumo: A situação ocasionada pela COVID-19 é de suma importância no compreender do cenário já existente, tornando visível e agravando ainda mais as expressões da “questão social” nas favelas. O objetivo do presente artigo é relatar a experiência da iniciativa Encontros Comunitários Virtuais na Rocinha – Rio de Janeiro, sob a perspectiva do Serviço Social. Destacamos a relevância desta atuação na comunidade supracitada, contribuindo para a socialização de informações, a participação popular e a intersectorialidade das políticas sociais. Buscamos refletir sobre os processos sociais na

1 Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. Especialização em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: alinepossa83@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5680073913716882>

2 Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialização em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Fiocruz). Especialização em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: chrisbazoli@gmail.com

3 Assistente Social. Graduação em serviço pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Ciência da Saúde e da Mulher pelo Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: gabifdl@gmail.com

4 Cientista Social. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas (IUPERJ); Membro do Programa Segurança Humana (MPRJ); Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: julialimasantana@gmail.com

5 Assistente Social. Coordenador de Pesquisas do Decanato do CCBS/PUC-Rio; Líder do Grupo de Estudos do CNPQ Josué de Castro: Sistema de Proteção Social e Políticas Públicas; Membro da Cátedra Internacional de *Interculturalidad y Pensamiento Crítico de la Universidad del La Serena* no Chile. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio; Pós-Doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IMS/UERJ; Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde pelo ICICT/FIOCRUZ E-mails: marcelovieira@puc-rio.br mlucianopuc@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6800572094521227>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4319-715X>

Artigo submetido em: 19 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 104-116 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202106>

experiência retratada e seus efeitos na atuação e inserção ocupacional do Serviço Social em situação de desastre.

Palavras-chave: Pandemia COVID-19; encontros comunitários virtuais; serviço social.

Abstract: This paper aims to report the experience of the Virtual Community Encounters initiative in Rocinha – Rio de Janeiro, from the perspective of Social Workers professionals. We highlight the relevance of this action in the community, contributing to the socialization of information, popular participation, the intersectoral relations and social control of public policies. We seek to reflect on the social processes in the experience portrayed and their effects on the performance and occupational insertion of Social Workers professionals in a disaster situation.

Keywords: COVID-19 pandemic; virtual community encounters; social work.

INTRODUÇÃO

No presente relato de experiência, pretendemos iniciar a análise por meio de uma reflexão inicial que versa sobre os aspectos macroestruturais, o pano de fundo que fomenta o cenário pandêmico ocasionado pela crise da COVID-19. Abordaremos as expressões da chamada “questão social” que se refletem nos desdobramentos da pandemia nas comunidades do estado do Rio de Janeiro. Além disso, trataremos de uma realidade vivenciada em uma das comunidades trabalhadas durante a pandemia, procurando discorrer sobre os aspectos particulares da intervenção profissional, sobretudo, sobre o desenvolvimento de ações na Política Pública de Saúde Mental no território.

A iniciativa Encontros Comunitários Virtuais – ECVs no território da Rocinha, teve por objetivo específico o desenvolver da ação junto a Política Pública de Saúde Mental naquele território. O objetivo geral de tais ECVs é dar visibilidade às percepções coletivas e “voz” aos que viveram e ainda vivem as consequências da pandemia do Covid-19 nas comunidades. Buscou-se promover a reflexão acerca de alguns aspectos de importância: 1) contribuir para o debate e produção de conhecimento da atuação profissional do Serviço Social em Defesa Civil e junto às comunidades atingidas; 2) interagir com os equipamentos públicos, a chamada rede interinstitucional e as demandas sociais e comunitárias; e 3) promover espaços de discussão e reflexão⁶ sobre a pandemia e formas de enfrentamento coletivo. Para tanto, debruçamo-nos nos seguintes questionamentos: Como se dá a atuação dos assistentes sociais nos territórios mais afetados, mediante uma situação de desastre e crise sanitária? Que tipo de ações podem ser realizadas, diante deste cenário contraditório das condições de

⁶Foram levantadas diversas discussões sobre territórios, populações vulneráveis, invisibilidade social, atuações e iniciativas de prevenção e enfrentamento.

sobrevivência existentes e o que de fato se efetiva em termos da garantia de direitos a partir das Políticas Públicas direcionadas aos territórios de favelas, principalmente, em situação de extrema vulnerabilidade?

A invisibilidade social nas comunidades vem sendo abordada por alguns autores das Ciências Humanas e Sociais como conceito caracterizador que contempla os sujeitos e as diferentes expressões da “questão social” nas favelas e periferias da cidade. Os aspectos do trabalho e renda é algo que vem sendo também bastante estudado, sobretudo, pela crescente informalidade e desemprego⁷ que vem assolando toda a população brasileira, em especial, as comunidades mais pobres. Entendemos invisibilidade e vulnerabilidade como dois pilares epistemológicos que fomentam o início de uma análise sobre as desigualdades sociais no Brasil. Ou seja, é importante atentar que esses dois conceitos atuam concomitantemente em um plano estrutural, os quais são envoltas as concepções de construção de cidade e margem. A dualidade entre dentro e fora implica diretamente no que é visibilizado e no que é compreendido como fora do escopo de ação do Estado, do reconhecimento e da validação social como importante para o funcionamento da sociedade.

Visando, sobremaneira, a aproximação e a facilitação do diálogo com a comunidade, os Encontros Comunitários Virtuais – ECVs foram concebidos a partir de março de 2020, logo após a decretação da pandemia em nosso país e as medidas sanitárias e de distanciamento social exigidas. Esta iniciativa foi fruto de um projeto anterior cujo objetivo era fortalecer o conceito de resiliência comunitária nas periferias através da parceria entre o Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil – ICTDEC da Secretaria Estadual de Defesa Civil, o Programa de Segurança Humana do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro e o Terceiro Setor sendo representado pela ONG Save the Children.

A escolha das comunidades que participaram dos Encontros Comunitários Virtuais – ECV teve por base dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado anteriormente e que teve que ser interrompido em virtude da pandemia, sendo elas Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, Morro do Preventório, na cidade de Niterói, Aldeia Velha, no município de Silva

7 Em entrevista a FIOCRUZ em 08/10/2020, a Professora Graça Druck informa que *a pandemia desnudou e aprofundou a precarização do trabalho já existente no Brasil em todas as suas dimensões: nos indicadores do mercado de trabalho, com as altas taxas de desemprego, o alto nível de informalidade, a crescente taxa de subutilização da força de trabalho e os baixos rendimentos.*

Jardim e Vale do Cuiabá, no município de Petrópolis. Por meio de contato prévio com moradores e lideranças das localidades eleitas pelo projeto e através da plataforma virtual ZOOM em hora e data acordada, os ECVs eram realizados.

No ato do Encontro, após apresentação dos participantes, uma pergunta reflexiva era realizada a fim de que uma escuta qualificada pudesse se iniciar por parte da equipe multidisciplinar que integra o denominado Comitê Gestor⁸. No mais, a possibilidade de troca também se fez presente, possibilitando a discussão e o fortalecimento das redes comunitárias existentes.

A partir das discussões delineadas em cada encontro, foi traçado um plano de ação para a comunidade com suas questões específicas e particulares em cada território trabalhado. Observa-se a relevância nas diferentes temáticas e necessidades: carência de cestas básicas, saúde mental no período da pandemia e no pós-pandemia, preocupação com a continuidade e permanência das cestas básicas, educação de crianças e jovens, preocupação com o distanciamento social dos idosos, saneamento básico e fornecimento de água ainda precários, questões ambientais, que envolvem o turismo predatório em territórios de preservação, atuação da Defesa Civil Municipal, entre tantos outros assuntos levantados nas reuniões comunitárias virtuais. Na Rocinha, território trabalhado neste escrito, o plano de ação tomou o direcionamento de ser encaminhado um relatório sistematizado ao Ministério Público para fiscalização e controle de execução das políticas públicas e sociais, sobretudo, a Política Pública de Saúde Mental ofertada naquele território.

Devido a necessidade de adaptação, tendo em vista a vigente situação pandêmica, a iniciativa Encontros Comunitários Virtuais – ECVs surgiu em resposta aos indicadores sociais e epidemiológicos das comunidades e as formas como estas estavam se organizando para o enfrentamento da COVID-19, sobretudo, no território da Rocinha, experiência tratada em seguida. Conforme dados do Boletim Socioepidemiológico da COVID-19 nas Favelas 01/2020, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ (2020 apud ICTDEC, 2020), 17, 5 milhões de pessoas no

8 O comitê Gestor foi o nome dado à equipe do projeto, formada por profissionais das instituições supracitadas e composta por formações diferenciadas, tais como, profissionais do Direito, Assistentes Sociais, Educadores, Socióloga, Comunicador Social, Engenheiro, agentes da Defesa Civil Estadual e Municipal e líder comunitária.

Brasil moram em aglomerados subnormais, sendo vários deles constituídos de favelas. Destes, 12,6% (2,2 milhões) se concentram no estado do Rio de Janeiro.⁹

Por conseguinte, traremos como experiência a atuação do Serviço Social nestes “ECVs”, em especial, na Rocinha – Rio de Janeiro, mais especificamente, a atuação junto ao Grupo de Trabalho (GT) em Saúde Mental, dada as implicações trazidas pelos equipamentos públicos de saúde local que participaram nas reuniões e por ser um campo fértil de novas possibilidades atribuídas ao trabalho profissional neste cenário de desastre¹⁰ que é a crise sanitária da COVID-19.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19: A EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE DA ROCINHA

As condições sociais e formas de organização da sociedade, bem como condutas e posicionamentos políticos em diversos âmbitos do governo, provocaram um alastramento da pandemia em território nacional e permitiram uma periferização da COVID-19, explicitando ainda mais um quadro de vulnerabilidades sociais.

Importante considerar que a pandemia da COVID-19 é considerada um desastre pela Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade) de caráter natural, inserido no grupo biológico e no subgrupo epidemiológico desta classificação que é adotada pela Política Nacional de Defesa Civil e vigente em todo território Nacional. Para a Professora Adriana Dutra em entrevista dada à Revista Práxis do Conselho Regional de Serviço Social – RJ, “O desastre precisa ser encarado como algo além do fator externo. Este constitui um elemento que só desencadeia desastres a partir do momento em que encontra determinadas condições de vulnerabilização” (2020, p.5).

9 É importante destacar que grande parte dos indicadores sociais e epidemiológicos levantados nesta pandemia deu-se pelo esforço das Universidades, Órgãos científicos de Estudo e Pesquisa, como a FIOCRUZ, em conjunto a comunidade e em parceria aos equipamentos públicos locais existentes, tornando a realidade das favelas menos invisível em números absolutos, sendo o último censo demográfico realizado nas favelas em 2010, com um lapso temporal de dez anos de ausência de informações mais precisas sobre os territórios de favelas no Brasil.

10 A pandemia pode ser caracterizada como um desastre provocado por um agente biológico e que envolve vários processos sociais em curso, tendo em vista a proporção dos atingidos em escala mundial e no, Brasil, em especial, por toda falta de gestão e direcionamento do governo frente às medidas preventivas, de enfrentamento, principalmente, com os enormes abismos provocados pelas desigualdades sociais, econômicas e políticas ora existentes.

A falta de saneamento básico (água e esgoto), as dificuldades em relação às condições de moradia, alimentação, renda e trabalho que os moradores das comunidades estão mais expostos, a precarização e desmonte dos serviços públicos de saúde, de assistência social e de educação contribuíram ainda mais para “escancarar” o quadro de desigualdade social já existente nas periferias, agravados com a pandemia COVID-19. Na Rocinha, várias foram as situações de vulnerabilidade encontradas. Localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, área considerada “nobre” e de alta especulação imobiliária, a Rocinha é considerada como uma das favelas mais populosas da cidade, e também convive com muitas das expressões da “questão social”, como a violência urbana armada, as precárias condições de moradia¹¹, o desemprego e o trabalho informal, a falta de saneamento básico¹², entre outras dificuldades aqui não relatadas, mas possivelmente sentidas pela população local.

Assim, quando decretado o quadro de pandemia, em meados de março de 2020, as principais recomendações sanitárias foram o isolamento social em seus domicílios, o trabalho remoto para serviços considerados não essenciais e a lavagem das mãos. Essas medidas contrastam com a realidade vivenciada pelas periferias: perda da renda e dificuldades de acesso ao auxílio emergencial, os filhos sem poderem ir para a escola, aumentando os gastos, principalmente, com alimentação em casa, somada à falta de água para a lavagem das mãos e higienização dos locais, como também a impossibilidade de muitos permanecerem em suas casas em isolamento por terem que assumir a renda familiar por meio do trabalho informal. Questões que desnudam explicitamente as desiguais condições de vida destas populações em meio a este cenário pandêmico.

Dois Encontros Comunitários Virtuais foram realizados na Rocinha: um em 05 de maio o outro em 02 de junho de 2020, com a participação de 25 pessoas, em cada encontro, dentre estas, moradores, lideranças comunitárias e representantes de ONGs, associações,

11 Em pesquisa realizada pelo Data Favela, do Instituto Locomotiva, aponta que cada dormitório em uma residência nas [favelas](#) brasileiras comporta, em média, quatro pessoas. A aglomeração nas habitações é um dos principais desafios dos moradores de favelas para se proteger contra a COVID-19, diz a reportagem na Revista Exame on line, de 24/06/2020.

12 Em recente reportagem do GLOBO on line, de 22/07/2020, fora noticiado que moradores da Rocinha enfrentam falta de água em meio à pandemia do COVID-19, desabastecendo cem moradias, muitas delas com crianças em casa. Muitas cidades, segundo último estudo realizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), em junho de 2020, revela que menos de 100 cidades brasileiras atingiram a universalização do saneamento básico que compreende acesso aos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos.

instituições públicas locais da Saúde, Cultura e Assistência Social, Conselho Tutelar, Promotores de Justiça, Defesa Civil Municipal do Rio de Janeiro.¹³

O diálogo público foi escolhido como metodologia, utilizando a pergunta norteadora “o que podemos fazer juntos no combate à Covid-19?”, como base para a reflexão dialógica. Foram identificadas as principais demandas dos moradores da Rocinha e os pontos nodais sobre as ações de enfrentamento contra a pandemia da Covid-19. Inicialmente, precisava ser identificado o que estava sendo realizado pelo poder público, por instituições privadas, moradores, instituições e voluntariado. Igualmente, foi destacada a necessidade de ampliar a atuação do poder público na contribuição para o fortalecimento dos equipamentos públicos, para que as ações de proteção aos moradores se tornem mais assertivas e efetivas. ICTDEC, Relatório de Ações: Encontros Comunitários – Rocinha, p. 7

Havia uma lacuna em relação aos dados sobre as reais vulnerabilidades sócio estruturais. Foram destacadas as dificuldades de acesso à informação devido ao isolamento social, principalmente, no tocante à questão do funcionamento dos serviços, bem como seu fluxo e a ausência de atendimento adequado em relação à Política Pública de Saúde Mental, tão fragilizada no momento, bem como a precariedade deste serviço na comunidade. Este cenário evidenciou o impacto sobre as Políticas Públicas, especificamente a Assistência Social e a Saúde – áreas essenciais para a população e, em especial, lócus ocupacional dos assistentes sociais. A partir das percepções trazidas durante o encontro, foram criados três grupos de trabalho (GT), a saber: GT Saúde Mental, GT Comunicação, GT Dados, ainda em andamento. Destacamos as ações realizadas no GT Saúde Mental e GT Comunicação.

A partir do GT de Saúde Mental, foram realizados mais três encontros do comitê gestor com representantes do Centro de Valorização da Vida (CVV), do Projeto de Extensão Popular Ignacio Martín-Baró, na Rocinha (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Maria do Socorro também na comunidade, da Defesa Civil Municipal e da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Inicialmente, a proposta era intervir naquela comunidade com “Rodas de Conversas Virtuais”, contudo em primeira reunião com este GT se percebeu que as necessidades eram outras da pretendida pelo Comitê Gestor. Conforme afirma Vargas (2015, p.137):

É necessário haver uma sinergia entre conhecimentos e saberes na busca do bem-estar coletivo. Trata-se de uma nova ética de relacionamento entre Estado e sociedade. Ética de compromisso com a cidadania participativa, em que haja lugar

¹³ Informações contidas no Relatório de Ações: Encontros Comunitários – Comunidades da Rocinha, ICTDEC.

para a escuta e compreensão das limitações das rotinas dos vulneráveis, das soluções engenhosas que nascem do conhecimento popular.

Observou-se que muitas outras questões de ordem macroestrutural, como o subfinanciamento da Política de Saúde, em especial, a Saúde Mental neste cenário, se fazia presente e que ainda se vivenciava altos índices de letalidade e de contaminações pelo COVID-19 o que refletia na prestação do serviço daquela comunidade, na vinculação contratual dos profissionais lá lotados, na continuidade e manutenção da assistência aos pacientes do CAPS nestes tempos de isolamento social e incertezas e instabilidades sobre o amanhã. Enfim, questões que foram levantadas pelo GT de Saúde Mental e que proporcionaram a equipe gestora uma reflexão sobre a questão dos aspectos políticos que perpassam uma série de precariedades locais. Importante destacar que a situação pandêmica deu visibilidade ao descaso com que já vinha sendo tratada a Política de Saúde Mental na região, representada, principalmente, pelo CAPS Maria do Socorro, que abrange uma área importante da Zona Sul do Rio de Janeiro e encontra-se localizado na própria comunidade e que tinha previsão para funcionar 24 horas¹⁴, mas vinha sofrendo com desmonte do serviço pelo não funcionamento nesta modalidade, com equipe extremamente reduzida e contratada de forma precarizada¹⁵ e sem infraestrutura para acolhimento das demandas urgentes.

A partir desta evidência foi pensada a formação de uma *LIVE*, intitulada “Saúde mental na Rocinha em tempos de pandemia” com profissional de saúde do CAPS Maria do Socorro, do Museu da Rocinha Sankofa – Memória e História, e com professor, médico psiquiatra e pesquisador da UFRJ com objetivo de fomentar a discussão sobre Saúde Mental e suas problemáticas naquele território, evento que culminou na participação de 44 pessoas. Cabe ressaltar que este canal de comunicação, denominado *LIVE*, tem sido muito utilizado no momento de pandemia e distanciamento social e tem se constituído um importante

14 Segundo o portal do Ministério da Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) existem em todo o Brasil e é onde o usuário recebe atendimento próximo da família com assistência multiprofissional e cuidado terapêutico conforme o quadro de saúde mental do paciente. Nesses locais também há possibilidade de acolhimento noturno e/ou cuidado contínuo em situações de maior complexidade. O CAPS III deve prestar atendimento com até 5 vagas de acolhimento noturno e observação; todas faixas etárias; transtornos mentais graves e persistentes inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e ou regiões com pelo menos 150 mil habitantes.

15 Segundo DRUCK, em entrevista neste mês de 2020 a FIOCRUZ, esclarece que no serviço público, existem várias formas de terceirização: cooperativas, ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e as organizações sociais (OSs), que são as mais utilizadas na saúde pública, assumindo a gestão dos hospitais, onde há uma cadeia de subcontratação, favorecendo um ambiente promíscuo entre o privado e o público.

instrumento de socialização e democratização de informações ao público em geral, ainda que as dificuldades de acesso à internet pela comunidade fossem observadas. A avaliação desta ação foi exitosa e de reconhecimento público acerca das questões evidenciadas pelo GT de Saúde Mental, bem como possibilitou novas discussões em grupo, parcerias interinstitucionais de enfrentamento às questões do adoecimento mental na comunidade e a confecção do *Relatório de Ações: Encontros Comunitários – Comunidades da Rocinha*, que contou com a participação e o controle social da comunidade do início até o seu produto final encaminhado ao Ministério Público do estado do Rio de Janeiro – MPRJ.

O GT de comunicação, a partir das questões apresentadas nos ECVs, possibilitou a construção de uma cartilha digital personalizada para a comunidade da Rocinha com informações sobre os principais serviços da rede de recursos comunitários, relacionados à pandemia, bem como medidas de prevenção ao contágio pela COVID-19. Contamos com a participação das lideranças comunitárias e equipamentos públicos de saúde na socialização junto à comunidade.

A participação de quatro assistentes sociais e uma socióloga no Comitê Gestor do projeto *Encontros Comunitários Virtuais – ECV* possibilitou a contribuição de novos olhares no âmbito de um desastre de proporções pandêmicas, trazendo, muitas vezes, a dimensão social para o centro das discussões. Não podemos perder de vista que a forma como o coronavírus (COVID-19) atinge os diversos segmentos da sociedade são diferenciados e complexos, pois envolvem estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas que vão impactar na contaminação e mortalidade das pessoas nos territórios.

A partir desta experiência, percebemos a importância da intersectorialidade nas diferentes políticas sociais, a partir da participação dos equipamentos públicos, sociedade civil e lideranças, facilitando a troca e socialização dos recursos disponíveis em um contexto adverso e tornando-os protagonistas do processo de respostas a este desastre. Por conseguinte, o assistente social exercitou sua escuta qualificada acerca das demandas sociais existentes, favorecendo não só a aproximação com a realidade, mas evidenciando a sua importância junto a um trabalho diferenciado na política de Defesa Civil. É de conhecimento que a atuação profissional nas situações de calamidades e desastres, muitas vezes é na resposta ao evento de forma a minimizar o impacto do desastre. Entretanto, observa-se que

a prática e o saber do assistente social, ainda que na fase de resposta aponta um horizonte mais profícuo com relação à mobilização e participação comunitária, fortalecimento de redes que já existem, além de controle social.

Neste sentido, os Encontros Comunitários Virtuais – ECVs possibilitaram a integração Estado e sociedade. Vale destacar que a experiência com a comunidade da Rocinha evidenciou a comunicação, a intersetorialidade e a participação popular como importantes neste cenário de desastre em tempos tão difíceis. Conforme ratificam Dutra, Ribeiro e Silva (2020, p.127):

“[...] a intersetorialidade como princípio do trabalho com redes, o compartilhamento de saberes e poderes permite construir práticas, conceitos e linguagens por intermédio do envolvimento da sociedade civil e dos serviços públicos.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que há de se articular a situação da pandemia do COVID-19 como um desastre sanitário e processo social em andamento, devendo-se relacionar Estado e Sociedade Civil, não só no que tange o convite à participação e controle sociais, mas também na primordial articulação às diferentes políticas sociais, as quais possuem uma memória histórica, uma agenda de lutas e enfrentamentos coletivos em prol da garantia de direitos e do bem estar coletivo.

No território da Rocinha, os encontros suscitaram devolutiva e alinhamento dos participantes com a equipe gestora, sobre as percepções geradas a partir da análise das percepções levantadas e articuladas. Contou-se com a participação de um número expressivo de pessoas. Foi possível reconhecer os processos organizativos da comunidade, através da mobilização de doações da sociedade civil que garantia a segurança alimentar da população diante do desastre, ainda que persistam as vulnerabilidades estruturais nos territórios de favelas. Verificou-se também uma participação atuante de várias instituições públicas e associativas, como os serviços de saúde local, o Conselho Tutelar, a Escola de música da Rocinha, o Museu Sankofa, experienciando a intersetorialidade nas diferentes políticas sociais.

E o desafio está posto aos Assistentes sociais: possibilidades de inserção sócio-ocupacional em situações de desastres, assim como as demais áreas das Ciências Humanas e Sociais, haja visto o importante debate que estas categorias travam como agentes públicos. A experiência relatada revela a atuação do Serviço Social não só em resposta aos impactos

provocados pela COVID-19 nas comunidades, mas atuante na prevenção e mitigação dos processos sociais. Segundo Vargas (2015, p. 137-138):

O Serviço Social, enquanto profissão que hoje integra o corpo técnico da gestão de desastres, vê-se responsável por refletir sobre o seu lugar profissional num processo que é caracterizado por impasses e disputas entre diferentes visões de sociedade e dos grupos sociais que a compõem. Não se trata de pensar sua prática de forma isolada, o que se configuraria num equívoco, mas de situar a mobilização dessa forma específica de saber, em meio a outros tantos, considerando-a de forma crítica na relação com outros saberes integrantes do mundo técnico e sujeitos sociais demandantes do seu trabalho.

Por conseguinte, buscamos desenvolver os Encontros Comunitários Virtuais – ECVs, em especial, iniciando na comunidade da Rocinha que possibilitou-nos o diálogo com a comunidade neste cenário de pandemia, a troca de conhecimentos e novos estudos, a intersectorialidade das políticas públicas existentes no território, a comunicação entre agentes públicos e sociedade em meio ao isolamento social, a multidisciplinariedade das ações empreendidas e o levantamento real de demandas. Ainda buscou compreender e analisar as condições de vida da população estudada que, em boa medida, retratam potencialmente muitos dos determinantes e condicionantes sociais e de saúde das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO. Plano Nacional de Enfrentamento a pandemia COVID-19, versão 03/07/2020. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/PEP-COVID-19_COMPLETO_FINAL.pdf

BASTOS, V. P.; DUTRA, A. S.; REGALADO, R. T. Questões socioambientais, desastres e suas consequências no século XXI: O Social em Questão. Ano XXIII, nº48, p. 9-22, set a dez/2020.

BRASIL, Lei 12608 de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Defesa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em setembro de 2020.

DEFESA CIVIL NACIONAL, Capacitação Básica em Defesa Civil. Defesa Civil Nacional: Florianópolis. 2013,121p. Disponível em https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_DefesaCivil_4ed_Completo.pdf. Acesso em 26 de setembro de 2020.

DUTRA, A. S.; RIBEIRO, E.; DA SILVA, R. A intersetorialidade em pauta: uma breve análise das políticas de assistência social e de proteção e defesa civil. *Vértices*, Campo dos Goytacazes/Rj, v.22, n.1, p. 123-135, jan./abr. 2020.

DUTRA, A. S.; SIQUEIRA, A. M. Precarização do trabalho e Estado Neoliberal: impactos para o Serviço Social em tempos de pandemia da COVID – 19. E-book: COVID-19. Crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações). São Carlos: UFSCar/CPOI, 2020, p. 289-300.

FIOCRUZ, Boletim socioepidemiológico da COVID-19 nas Favelas. Análise da frequência, incidência, mortalidade e letalidade por COVID-19 em favelas cariocas. Número:01/2020. Acesso em Outubro de 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_socioepidemiologico_s_covid_nas_favelas1.pdf

_____, Documentos orientadores sobre “Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19”, FIOCRUZ, 2020.

GOULART, G. “Moradores da Rocinha enfrentam falta d’água em meio à pandemia da Covid-19, que já matou 62 pessoas na favela.” Acesso em Outubro de 2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-rocinha-enfrentam-falta-dagua-em-meio-pandemia-da-covid-19-que-ja-matou-62-pessoas-na-favela-1-24545415>

ICTDEC, Relatório de Ações dos Encontros Comunitários. Ações de Combate à COVID-19: Comunidades da Rocinha. Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil-ICTDEC: Rio de Janeiro, agosto de 2020. 45 p.

MPF, Cartilha Direito à Saúde Mental, organizador Ministério Público Federal, ano 2001. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilha-saude-mental-2012.pdf>

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, Mapa Social do Corona. Disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Mapa-Social-do-Corona-07.pdf>. 1ª edição, 2020.

Portal do Ministério da Saúde. Sobre a Política de Atenção à Saúde Mental. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental#>

Revista PRÁXIS Nº 104 ,ANO X, 2020 CRESSRJ. Entrevista a Professora Dra. Adriana Dutra. “Assistentes sociais em contextos de emergências”. P.4 e 5

RIVEIRA, C. Aglomerados e sem renda: quem são os brasileiros mais afetados na pandemia. Disponível em <https://exame.com/brasil/aglomerados-e-sem-renda-quem-sao-os-brasileiros-mais-afetados-na-pandemia/>. Acesso em setembro de 2020.

TAVARES, V. Entrevista a Graça Druck “Entre os que permaneceram trabalhando em atividades consideradas essenciais na pandemia, uma grande parte é de terceirizados.” EPSJV/Fiocruz | 08/10/2020 . Acesso em outubro de 2020. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/entre-os-que-permaneceram-trabalhando-em-atividades-consideradas-essenciais-na>

VALENCIO, Norma. "Por um Triz: ordem social, vida cotidiana e segurança ontológica na crise relacionada à pandemia de COVID-19." Revista O Social em Questão - Ano XXIII - nº 48 - Set a Dez/2020. P. 53-74.

VARGAS, Dora. "Reino da necessidade versus reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres." In : Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli - São Carlos: RiMa Editora, 2015. P. 123-139.

VELASCO, C. "Menos de 100 cidades brasileiras estão perto de atingir a universalização do saneamento básico, aponta estudo." Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/05/menos-de-100-cidades-brasileiras-estao-perto-de-atingir-a-universalizacao-do-saneamento-basico-aponta-estudo.ghtml>. Acesso junho de 2020.